PROJETO DE LEI Nº , DE 2023

(Da Sra. DENISE PESSÔA)

Dispõe sobre a criação de comissões de boas práticas e combate à violência obstétrica em hospitais e maternidades.

O Congresso Nacional decreta:

- Art. 1º As maternidades e os hospitais que tenham unidades de obstetrícia deverão constituir e fazer funcionar comissões transdisciplinares de boas práticas e combate à violência obstétrica.
- Art. 2º As comissões de que trata o art. 1º serão responsáveis, no âmbito da instituição, por:
- I criar e reavaliar periodicamente rotinas de boas práticas obstetrícias a serem empregadas no serviço;
 - II prevenir e detectar situações de violência obstétrica;
 - III assegurar a presença de acompanhante e doula, quando houver;
 - IV observar o plano de parto, quando houver;
 - V entrevistar todas as parturientes previamente a sua alta;
- VI receber as queixas das parturientes ou acompanhantes e iniciar processos de investigação correspondentes;
- VII comunicar à administração da maternidade ou hospital e, quando for o caso, às autoridades competentes os casos em que se detecte indício de violência obstétrica, e acompanhar o seu desenlace.
- Art. 3º Todas as pacientes de obstetrícia deverão ser informadas sobre a existência da comissão de boas práticas e combate à violência obstétrica e sobre seus canais de comunicação.





CÂMARA DOS DEPUTADOS DEPUTADA FEDERAL DENISE PESSÔA (PT/RS)

ÂMARA DOS DEPUTADOS
EPUTADA FEDERAL DENISE PESSÔA (PT/RS)

Art. 4º Os estabelecimentos de saúde a que se refere o art. 1º terão até data de publicação desta lei para cumprir suas disposições.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação. noventa dias da data de publicação desta lei para cumprir suas disposições.

JUSTIFICAÇÃO

A violência obstétrica é uma realidade presente em muitos contextos de assistência ao parto e à saúde da mulher, interferindo negativamente na experiência gestacional e no parto, assim como no bem-estar físico, emocional e psicológico das parturientes e dos bebês. É indispensável promover, em cada maternidade e em cada hospital, um ambiente seguro e acolhedor para as mulheres durante o período gestacional, parto e pós-parto, de modo a assegurar o pleno exercício dos direitos das mulheres no contexto da assistência à saúde reprodutiva, e o respeito à sua autonomia, à sua dignidade e integridade física e psicológica.

Tendo isso em consideração, urge estabelecer mecanismos efetivos para, em primeiro lugar, promover boas práticas no atendimento à mulher gestante, em consonância com os princípios éticos e legais da prática obstétrica e prevenir ações práticas que configurem violência obstétrica; mas também, quando necessário, apurar as denúncias e punir os casos concretos de violência.

Propomos, desse modo, a criação de comissões de boas práticas e combate à violência obstétrica em maternidades e hospitais, nos moldes descritos. Sua atuação não será focada, como visto, unicamente em denunciar e punir casos de violência obstétrica, mas de criar um ambiente de respeito e harmonia que repercutirá positivamente sobre os pacientes, os profissionais e as próprias instituições de saúde.

Convicta do mérito do projeto, submeto-o aos nobres pares e solicito seu apoio e votos para sua aprovação.

> Sala das Sessões, em de de





CÂMARA DOS DEPUTADOS DEPUTADA FEDERAL DENISE PESSÔA (PT/RS)

Deputada DENISE PESSÔA (PT-RS)



